

Pensando em um processo de trabalho eletrônico mais justo

Autores: Integrantes da Comissão para Estudo dos Impactos do Sistema de Processo Eletrônico⁽¹⁾

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

publicado em 16.12.2011

 [\[enviar este artigo\]](#)  [\[imprimir\]](#)

Recentemente, computadores mundo afora ganharam como fundo de tela o preto: morreu Steve Jobs. As pessoas foram tomadas por uma espécie de luto coletivo, diversas raças e credos dividiram o sentimento comum de perda, de abandono. Sem dúvida, Steve merece todos os predicados e reverências desta e das gerações futuras por suas inovações, fruto da genialidade visionária. Um olhar mais acurado, todavia, revela-nos que a massa de seguidores é motivada por razões que vão além dos seus aplicativos. Houve, na realidade, uma identidade com sua história pessoal. Segundo consta, Steve era filho de pais adotivos, foi demitido da empresa que ajudou a fundar e morreu vítima de câncer. Histórias comuns, reais, reveladoras do ser humano diante da máquina.

A partir da implantação do processo eletrônico em todas as unidades judiciárias da 4ª Região (início de 2010), magistrados, servidores, estagiários e advogados passaram a enfrentar uma nova realidade. As funcionalidades advindas da virtualização processual trouxeram demandas ligadas, especialmente, à saúde dos usuários internos.

Preocupada com esse novo contexto, e sempre levando em conta o sentimento universal de que o que importa é o ser humano diante da máquina, a Administração do TRF4 instituiu comissão para estudo dos impactos do sistema de processo eletrônico sobre a saúde dos usuários (Portaria nº 1035/2011), composta por magistrados, servidores e representante do Sintrajufe. A composição plural e heterogênea desse grupo objetivou detectar as possibilidades de resolver os problemas de saúde advindos da diferença no processo de trabalho em face do novo fluxo decorrente da implementação do processo eletrônico. Para tanto, a comissão vem analisando o processo eletrônico em seus vários aspectos (usabilidade, leitura de documentos, tamanho e tipo de fonte, resolução de monitores, etc), bem como aspectos da organização do trabalho como os fluxos, a necessidade de pausas, a sobrecarga, para estabelecer medidas de saúde e qualidade de vida do usuário interno.

Nessa linha, destaca-se o curso de facilitadores de ergonomia e informática, elaborado para ser ministrado em duas etapas pelos servidores Luís Olavo Melo Chaves, Mestre em Ergonomia pela Ufrgs, José Fernando de Abreu Pinto Ribeiro e Luís Henrique de Brito Russo, ambos lotados junto à Diretoria de Tecnologia da Informação do TRF4. O trabalho objetiva melhorar as condições no ambiente funcional, capacitando um servidor por local de trabalho, que atuará como facilitador em conhecimentos básicos de ergonomia e funcionalidades básicas de informática.

Em uma primeira etapa, realizada em outubro e novembro de 2011, o curso abordou temas ligados ao posto de trabalho em um judiciário altamente informatizado. Apresentou conceitos básicos de ergonomia, demonstrou como cadeira, mesa e computador podem ser ergonomizados. Apontou as variáveis biopsicossociais intervenientes no posto de trabalho e a contribuição da ergonomia para a ponderação entre elas. Expôs, ainda, a interface cognitiva nos sistemas judiciais com a otimização de

procedimentos de acesso aos sistemas de informática da 4ª Região. O sentimento advindo dessa primeira etapa foi de que os servidores estão abertos aos estudos, às sugestões. O curso foi efetuado em estação de trabalho, resolvendo as situações na prática. Na oportunidade, concedeu-se senha de acesso para possibilitar que os facilitadores instalem programas e resolvam pequenos problemas de informática em seus próprios setores.

Na segunda etapa, a ser realizada em março de 2012, o curso tratará de layout e da otimização dos sistemas. Apresentará o sistema produtivo de um ambiente de trabalho judicial e a equação de equilíbrio entre as variáveis de ambiência e humanas com vista à redução do sofrimento ou da dor durante a jornada de trabalho. Ainda abordará as alterações nas interfaces computacionais, objetivando a redução do sofrimento ou da dor durante a jornada de trabalho, e trabalhará as alterações possíveis e as alterações necessárias.

Desse modo, tal projeto visa a estabelecer uma rede de conhecimento, formar um conjunto de pessoas treinadas e qualificadas para orientar, em seus próprios locais de trabalho, colegas e magistrados acerca das medidas saudáveis para se conviver com o processo eletrônico e resolver pequenas demandas de informática. A indicação de soluções simples, como posição do monitor, altura da cadeira, educação postural, utilitários de informática, é capaz de gerar alterações no ambiente funcional, colaborando para a construção de um processo de trabalho mais justo e saudável para o ser humano diante da máquina.

Notas

1. Juiz Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior (Presidente da Comissão)
Juíza Federal Eliana Paggiarin Marinho
Rogério Welter (Assessor-Chefe do Gabinete da Presidência)
Regaldo Amaral Milbradt (Diretor Judiciário do TRF4)
Eduardo César Weber (Diretor de Recursos Humanos do TRF4)
Carlos Alberto Colombo (Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas)
Cristian Ramos Prange (Diretor de Tecnologia da Informação do TRF4)
Luís Olavo Melo Chaves (Diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas e Ergonomia)
Armando Júnior da Silva Correa (Diretor de Secretaria da 1ª Vara Federal Tributária de Porto Alegre)
Rogério Alexandre Nedir Dornelles (Médico do Sintrajufe)
Eduardo Boger (Médico da Secretaria Médica e Odontológica do TRF4)
Vanessa Dias Corrêa (Assessora adjunta da Presidência do TRF4)

Referência bibliográfica (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):

Comissão para Estudo dos Impactos do Sistema de Processo Eletrônico. *Pensando em um processo de trabalho eletrônico mais justo.* **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 45, dez. 2011. Disponível em:
< http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao045/comissao_EISPE.html >
Acesso em: 14 fev. 2012.